



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Poder cidadão nas decisões metropolitanas

O secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, garante que a Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) será reestruturada. Isso será detalhado na próxima quarta-feira, às 9h30, quando ele estará na sede da autarquia para participar da eleição do novo presidente do Conselho de Desenvolvimento (Condesb). Para aproveitar essa fase de mudanças, o Fórum Social Permanente da Baixada Santista realiza no mesmo dia, às 19h, na Estação da Cidadania de Santos, o 2º Encontro Regional Sociedade Civil e Governança Metropolitana. Um ponto de pauta é a participação de entidades nos processos de planejamento e de decisão local, conforme previsto no Estatuto da Metrópole, mas ignorado pela gestão estadual. Há a leitura que a governança metropolitana sempre se caracterizou pelo caráter autoritário e centralizador. Por esse motivo, é hora de virar o jogo para que o povo tenha voz nesses colegiados, como o Condesb, formados só por autoridades.

Pausa forçada

O temporal e os raios de ontem atrapalharam os trabalhos legislativos. Em Santos, a sessão foi “encerrada por motivos técnicos” pela falta de luz. Pelo mesmo motivo, a prestação de contas do prefeito de São Vicente, Pedro Gouvêa (MDB), que ocorreu na Câmara, teve de ser suspensa por cerca de 20 minutos.

Fugiu da raia

Desde o início do ano, o vereador Higor Ferreira (PSDB) tem feito cobranças contundentes à Administração Municipal. Havia a expectativa que ele questionasse ontem diretamente o chefe do Executivo. No entanto, o tucano optou em não participar do evento e preferiu postar nas redes sociais vídeos para mostrar as condições atmosféricas.

Homenagem

A sessão ordinária do Legislativo vicentino de ontem foi cancelada após a leitura do expediente. O requerimento para dedicar a sessão em memória ao ex-vereador Francisco Neto (PT), falecido na última sexta-feira, foi aprovado pela Casa.

Ponto fora da curva

Após o extravasamento de esgoto em Itanhaém ter sido alvo de discussão na Câmara, a Sabesp informou que fevereiro foi um mês marcado pelo volume recorde de chuvas na região e a Cidade foi afetada por alagamentos causados pelo acúmulo das águas pluviais não escoadas.

Justificativa

Segundo a estatal, o funcionamento da coleta dos esgotos pode ser prejudicado pelo lançamento irregular das chuvas, “pois isso leva inevitavelmente areia e lixo em geral às redes coletoras, entupindo o sistema e danificando equipamentos que bombeiam os dejetos às estações de tratamento”.



IRANDY RIBAS - 28/6/2018

Lembrete

O vereador santista Sérgio Santana (PR - foto) lembrou que a data-base dos policiais militares e civis paulistas é no dia 1º deste mês, mas, até o momento, não houve nenhuma sinalização sobre o reajuste salarial das categorias, nem há previsão sobre a tão aguardada valorização das carreiras.

Hora de mostrar serviço

“Senhor governador João Doria (PSDB), suas promessas ficaram só nos seus vídeos de campanha? Acelera! A Polícia não pode mais esperar”, disse Santana, que preside a Regional Santos da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Rindo à toa

Os cerca de 2 mil servidores públicos de Peruíbe tiveram um motivo a mais para curtir com tranquilidade o Carnaval deste ano: a Administração antecipou o pagamento do quinto dia útil para o primeiro, ou seja, todos receberam os vencimentos na última sexta-feira.

Esforço concentrado

Em entrevista concedida em dezembro para *A Tribuna*, o prefeito Luiz Maurício (PSDB) disse ter colocado os salários do funcionalismo em dia, regularizado a quitação dos benefícios e começado a honrar as licenças-prêmio atrasadas.

“O que provocou a crise aqui no Brasil foi essa política monetária, e ninguém olha pra ela. Ela não é ensinada nas escolas”

Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal, fundadora e coordenadora da associação Auditoria Cidadã da Dívida

Falta de luz adia votação de relatório sobre P. da Praia

Documento pede que obras no bairro não sejam iniciadas até esclarecimentos

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

O tempo fechou dentro e fora da Câmara de Santos ontem à noite. Na rua, trovoadas. Na sede do Legislativo, os estrondos refletiam a possibilidade da aprovação de um relatório recomendando à Prefeitura que a obra do projeto Nova Ponta da Praia não comece antes que todas as dúvidas sejam esclarecidas.

Na primeira parte da sessão, reservada a requerimentos, era possível ver rodas e muita tentativa de convencimento. Alguns vereadores tentavam, bastante exaltados, convencer os colegas a derrubar o relatório. Outros pediam a aprovação do documento, alegando que a proposta não foi debatida com eles.

Pouco antes das 19 horas uma queda de energia calou o bate-boca. O presidente da Casa, Rui de Rosis (MDB), não esperou mais de 20 minutos para encerrar os trabalhos “por falta de condições técnicas”, adiando a votação para a próxima segunda-feira. A ordem do dia estava prevista para as 20 horas e a energia voltou antes disso.

O relatório parcial, que a Prefeitura não teria obrigação de seguir, foi elaborado por duas comissões de vereadores. A decisão de propor à Prefeitura que as obras não comecem até serem esgotadas todas as dúvidas surgiu depois que os legisladores listaram elementos insatisfatórios do projeto.

O vereador Sadao Nakai (PSDB) quer a aprovação do relatório. “O projeto foi apresentado durante o recesso parlamentar. Queremos esclarecer o que não foi informado pelo Governo num projeto dessa magnitude”.

Para o vereador Fabrício Cardoso (PSB), é preciso cumprir o papel de fiscalizar o Executivo. “Quere-



CARLOS NOGUEIRA

A área onde será construído o centro de convenções já tem sinais de obras em andamento

DEFESA E ATAQUE

VANESSA RODRIGUES



“O relatório é divergente do que eu penso e do que diz a legislação. Foi nos apresentado o que seria feito pelo empreendedor”.

Adilson Júnior (PTB)
vereador

VANESSA RODRIGUES



“Sou morador da Ponta da Praia, tenho uma história no bairro. As pessoas me perguntam sobre o projeto e não tenho as informações”.

Sadao Nakai (PSDB)
vereador

Legislativo em momento nenhum”

Para Adilson Júnior (PTB), que é contra o relatório, o documento é contrário à legislação aprovada pela Câmara. “Não compete ao Legislativo recomendar o não início das obras. Já fizemos o que nos é determinado por ofício: aprovar a Lei de Uso e Ocupação do Solo”.

O vereador Braz Antunes (PSD) acha que se o relatório for aprovado vai ocorrer atraso na obra. “Tem que fiscalizar, não segurar a obra politicamente”.

PREFEITURA

Em nota, a Prefeitura disse que já havia se manifestado sobre o relatório e que o detalhamento sobre o início das obras será divulgado hoje.

“A Prefeitura mantém o compromisso de não iniciar as edificações antes da conclusão dos EIVs (estudos de impacto de vizinhança)”

mos transparência total, ver se tudo está dentro da legalidade”.

Overeador Benedito Furtado (PSB) ressalta que “não houve debate com o

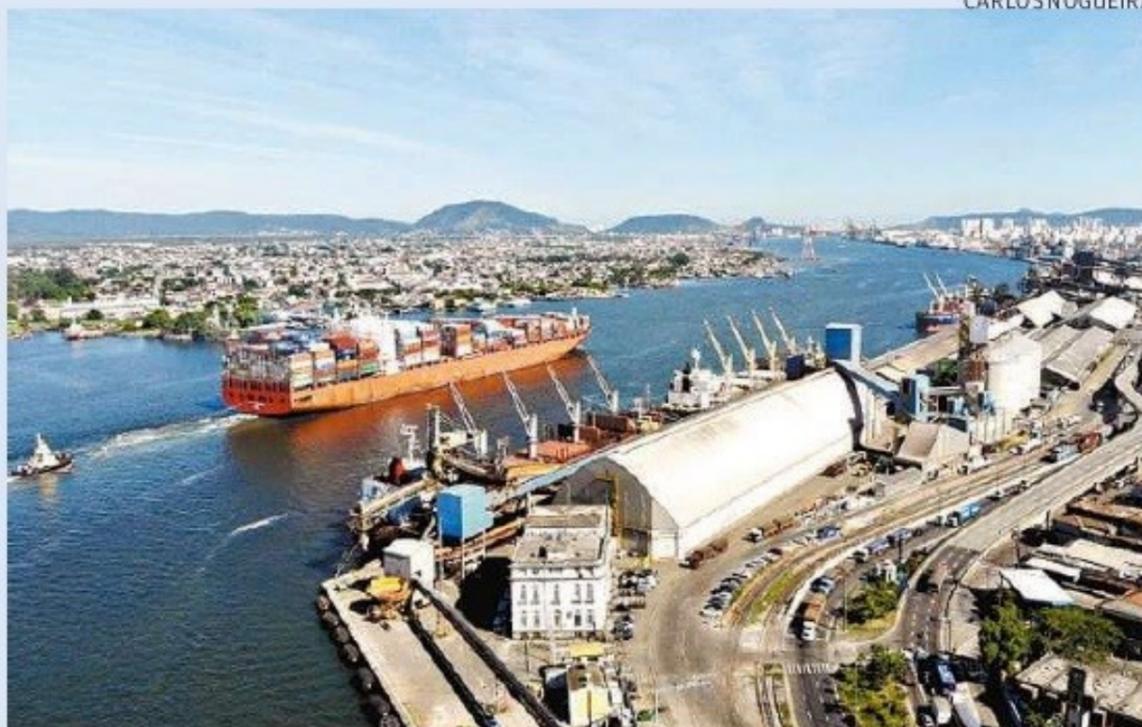


MERCADO REGIONAL

CARLOS NOGUEIRA

Privatização

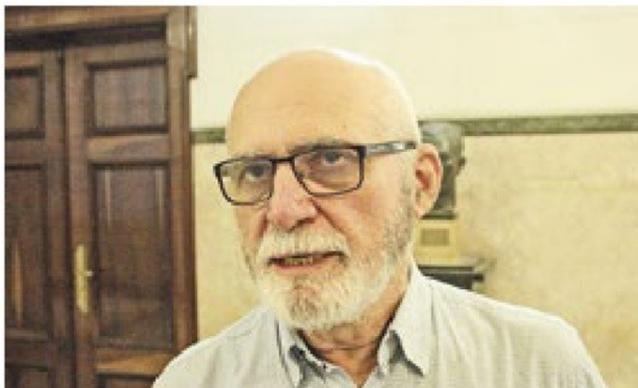
A possibilidade de privatização do Porto de Santos será debatida por vereadores e trabalhadores em audiência pública na Câmara Municipal da cidade. O evento será realizado na próxima sexta-feira, às 19 horas. A discussão foi proposta pelo vereador Francisco Nogueira (PT), o Chico do Settaport.





CONTRA PUNTO

Por Carlos Rattón e colaboradores



RODRIGO MONTALDI/ARQUIVO DIÁRIO DO LITORAL

Sem maquete. O vereador Benedito Furtado (PSB) apresentou um projeto de emenda à lei orgânica visando proibir a inauguração e a entrega de obras públicas municipais incompletas. Em sua justificativa, o parlamentar cita que o agente público que inaugura obra incompleta, ou sem condições de uso, “age em contrariedade aos ditames do mencionado princípio da moralidade e, também, ao da transparência, pois transmite à população informação errônea de que estarão a sua disposição obras e respectivos serviços dos quais não poderão usufruir”. Furtado lembra que: “tempos atrás, um governador do Estado veio a Santos inaugurar uma maquete”.

Augusto desconfiado. O vereador Augusto Duarte (PSDB) quer relatórios efetivos dos valores gastos em segmentos específicos, para verificar se os valores batem com o Orçamento Municipal aprovado na Câmara. “Estou solicitando relatórios para segmentos que precisam de muito investimento e que anseiam por políticas públicas de qualidade, como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, público LGBT, entre outros. Essa transparência é essencial para que possamos pensar em novas ações para essas pessoas”, afirma.

Tem que gastar isso aí! Os gastos com cartões corporativos da Presidência da República nos dois primeiros meses do governo Jair Bolsonaro (PSL) aumentaram 16% em relação à média dos últimos quatro anos, já considerada a inflação no período. Apesar de ter seu fim defendido durante a transição, a nova gestão não só manteve o uso dos cartões como foi responsável por uma fatura de R\$ 1,1 milhão. O cálculo leva em consideração os pagamentos vinculados à Secretaria de Administração da Presidência da República - que incluem as despesas relacionadas ao presidente.

Tá OK? Os valores foram divulgados apenas na semana passada, com atraso, após o Estado questionar a Controladoria-Geral da União (CGU). Mesmo assim, a descrição da maioria dos pagamentos é sigilosa. Nem mesmo a data em que a despesa foi feita é divulgada. O argumento é que informar os gastos do presidente pode colocar em risco a sua segurança.

Tira o telefone. O vídeo pornográfico compartilhado pelo presidente no Twitter chocou não apenas a população brasileira, como correspondentes internacionais baseados no Brasil. Tom Philips, correspondente do The Guardian para a América Latina, sugeriu que alguém tirasse o celular do presidente. “Alô, alô Brasil: alguém tire o telefone dele, rápido”.

Cidades

diariodolitoral.com.br
SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2019

A3

SANTOS. As obras já foram iniciadas e a vizinhança quer impedir equipamento

Moradores rejeitam IML no Estuário

» Uma comissão de moradores do bairro do Estuário, mais precisamente do entorno da Rua Doutor Bernardo Browne, em Santos, se reuniu nesta Quarta-Feira de Cinzas com o vereador Sérgio Santana (PR) e o deputado eleito Matheus Coimbra Martins de Aguiar, o deputado Tenente Coimbra (PSL), com objetivo de encontrar uma forma de impedir que o Estado instale, no prédio localizado no número 122 da rua, o novo Instituto Médico Legal (IML) de Santos.

Atualmente, o IML santis-

ta fica em um prédio repleto de problemas estruturais, na Avenida Martins Fontes, 1215, no Saboó, próximo da entrada da Cidade. "Já foram iniciadas as obras de adaptação de um prédio abandonado na rua. Questionado, o engenheiro responsável me disse que no local funcionará o Centro de Policiamento Científico, que fica atualmente dentro do Palácio da Polícia, no Centro. No entanto, além desse equipamento, disse que o prédio vai sediar também o IML", revela Sérgio Santana.

O parlamentar garante,

como militar reformado, que o IML em área residencial é perigoso, pois além de fazer exames de corpo de delito - cuja finalidade é encontrar vestígios que ajudem a provar que houve um crime material como os de lesões corporais, os de natureza sexual e os homicídios e acidentes - o local também receberá pessoas presas em flagrante.

"Eu já encaminhei indivíduos escoltados para realizar o exame e já recebi ameaça de resgate. Ou seja, não são descartados possíveis confrontos e até troca de tiros. Isso, numa área residencial, é complicado. Como presidente da Comissão de Segurança da Câmara, estou preocupado e solidário aos moradores do Estuário. Neste sentido, estou pedindo apoio ao Tenente Coimbra nessa luta", afirma Santana, que apresentou ontem uma moção de apoio aos moradores, respaldado por uma abaixo-assinado.

COIMBRA.

Por sua vez, Coimbra disse que vai solicitar à SSP-SP o planejamento e o motivo da escolha do imóvel.

"Já existe um problema que é a distância do IML e a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Vale lembrar que o atual IML de Santos está funcionando de forma ilegal, não está com sua documentação em dia. Por



NAR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Proposta é levar o IML para a Rua Bernardo Browne, no Estuário

Estado esclarece que o imóvel foi escolhido após apresentar os critérios necessários para instalação e o prédio está em fase de adequação.

isso, é preciso muito cuidado ao instalar um novo equipamento", afirma o deputado.

REPRESENTANTE.

Junto com Santana e Coimbra, o morador Paulo Augusto dos Santos, representante da comissão, disse que insatisfação é geral. "Queremos segurança. Não foi realizada audiência pública e nem apresentado um Estudo de Impacto de Vizinhan-

ça (EIV). Ninguém foi consultado. Diante disso, vamos tentar entender e, se possível, evitar que o IML vá para o bairro", reclama.

ESTADO.

A Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) esclarece que o imóvel foi escolhido após apresentar os critérios necessários para instalação da unidade. O local se encontra dentro de uma área de zoneamento classificada como mista. O prédio está em fase de adequação para início do atendimento.

IML.

O prédio que abriga o IML de Santos sempre foi problemático. Em 2014, por exemplo, a unidade ocupou o noticiário regional quando cadáveres sem resfriamento exalavam mau cheiro que podia ser sentido por quem estava no estacionamento do equipamento. O cenário insalubre foi descrito, na ocasião, pela direção do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de São Paulo na Região de Santos (Sinpolsan).

Em 2017, o IML passou um bom tempo fechado após alagamentos, tendo que passar por serviços de desinfecção. A parte térrea do prédio ficou completamente alagada. A água da chuva entrou na recepção e nas salas. (Carlos Rattón)

Transporte de mulheres é autorizado

A determinação foi dada ano passado pelo diretor da Polícia Civil, Manoel Gatto

» Ano passado, um problema sério denunciado com exclusividade pelo Diário do Litoral (DL) foi solucionado, após o diretor da Polícia Civil da Baixada Santista e Vale do Ribeira, Manoel Gatto Neto, ter autorizado que as DDMs requisitem veículos policiais para transportar mulheres, sem condições financeiras e vítimas de agressões, para os IMLs da região.

Em Santos, um levantamento realizado pelo vereador santista Lincoln Reis (PR)

revelou que uma parte significativa das mulheres que registra o boletim na DDM, que fica no Gonzaga, não tem dinheiro para pegar condução e ir até o IML do Saboó para fazer o exame de corpo de delito. Isso significa que 40% dos inquiridos abertos contra os agressores sejam arquivados por falta de provas.

RISCOS.

Na ocasião da denúncia, o vereador lembrou que além de estarem machucadas, fragi-

lizadas e em companhia dos filhos pequenos, elas correm risco, se expondo nas ruas e pontos de ônibus, quando conseguem dinheiro, enquanto os agressores ainda estão soltos.

O parlamentar santista ainda chegou a propor a inversão do horário de atendimento na DDM, passando de 8 às 18 horas, para das 18 às sete da manhã, e que o atendimento fosse prestado por mulheres. "Geralmente, os agressores atuam depois do trabalho - à noite e de madrugada. Além disso, a mulher atende melhor a mulher porque é mais sensível que o homem", acredita.

Em Santos, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio dos centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), realiza atendimento às mulheres vítimas de violência, indivíduos e famílias que necessitam da rede de serviços para orien-



Rodrigo Montalvão/Arquivo DL

Delegacia da Mulher de Santos fica no Gonzaga e continuará longe do Instituto Médico Legal

tação, apoio especializado e continuado. Chega até a fornecer um veículo em caso de necessidade.

As dificuldades das mu-

lheres santistas vítimas de violência são um reflexo de toda a Região Metropolitana da Baixada Santista. Somente Santos, Guarujá e Praia Gran-

de possuem IMLs, ou seja, seis dos nove municípios que compõem a base territorial não possuem institutos. (Carlos Rattón)